



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

RELATÓRIO CONCLUSIVO

“COMITÊ MULTIDISCIPLINAR - ATENDIMENTO A LEI Nº 11.888/2008 (ASSISTÊNCIA TÉCNICA PÚBLICA E GRATUÍTA)

Processo C–203/2021

Senhor Presidente do CREA-SP.

Considerando a Decisão D/SP nº 89/2019 e Decisão PL/SP nº 598/2019 e os incisos Iv e V do artigo 101 do Regimento,

O Comitê Multidisciplinar – Atendimento a lei 11.888/2008 (Assistência Técnica Pública e Gratuita) foi instituído pela Diretoria do Crea-SP pela Decisão D/SP nº 056/2021, na reunião de 31/03/2021, aprovado na Sessão Plenária Ordinária nº 2071, Decisão PL/SP nº 220/2021, com a justificativa de viabilizar a aplicação da Lei, levando serviços da área técnica e de tecnológica à população menos favorecida e firmando parcerias Conselho - Entidades - Poder Público, buscando melhor condição de vida ao cidadão, humanização e resgatar a dignidade deste ser humano.

A composição do Comitê contou com os seguintes integrantes:

Eng. Civil. e Eng. Seg. Trab. Alexander Ramos
Eng. Civ. Amandio José Cabral D’Almeida Junior
Eng. Civ. e Eng. Prod. Civ. Mamede Abdou Dehn Junior - Coordenador
Eng. Civ. Marco Aurélio Silva D’Avanço
Eng. Telecom. E Seg. do Trabalho Thiago Henrique Ananias Raimundo

Apoio Administrativo: Sandra Corral

O Comitê realizou 04 reuniões no período aprovado (setembro a dezembro), na Sede Angélica nas seguintes datas:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Mês	Dia	Horário de início
Setembro	23	13h00
Outubro	21	13h00
Novembro	18	13h00
Dezembro	02	10h00

1 – SÍNTESE DOS TRABALHOS:

Discussão e elaboração de uma modelagem da aplicação da Lei 11.888/08 nos municípios do estado de São Paulo via convênio com entidades de classe e poder público, possibilitando e levando à população menos favorecida o suporte de profissionais técnicos abrangidos pelo Sistema Confea/Crea.

2 – DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

2.1 Primeiramente foi apresentada a Lei Federal 11.888/2008 em sua íntegra para conhecimento de todos. Diante disso, constatando que a referida lei está intrinsecamente relacionada às atividades da Engenharia, em especial quanto à Assistência Técnica Gratuita pelos profissionais da área tecnológica, elaboramos uma “Minuta de Projeto de Lei” para ser utilizada como modelo de aplicação da lei federal nos municípios.

MINUTA DE PROJETO DE LEI Nº xxxxxxxx, DE xx DE xxxxxxxx DE 2021.

Dispõe sobre o a criação "Programa Municipal de Assistência Técnica Gratuita para Habitação de Interesse Social ", e dá outras providências.

Art. 1º Fica autorizada a Prefeitura Municipal de _____ instituir o Programa Municipal de Assistência Técnica Pública e Gratuita para projeto, construção, reforma e regularização predial de Habitação de Interesse Social no Município de _____, incluindo a política de acessibilidade como parte integrante do direito social a moradia previsto no artigo 6º da Constituição Federal e, consoante o especificado pelo artigo 4º, inciso V, alínea “r”, da lei 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto das Cidades - que regulamenta os artigos 182 e 183, da Constituição Federal, e da outras providências.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

§ 1º. O direito a assistência técnica prevista neste artigo, fundamenta-se nas disposições contidas na Lei 11.888 de 24 de dezembro de 2008, Lei de Assistência Técnica Pública e Gratuita, e compreende também às demais legislações estaduais e federais que destinem recursos para a mesma finalidade, em especial a Lei 11.124 de 16 de junho de 2005, seu artigo 12 e incisos.

Art. 2º O presente Programa Municipal de Assistência Técnica Pública e Gratuita é voltado aos grupos familiares com renda mensal de até três salários mínimos, residentes em áreas urbanas e rurais, uma única vez, nos termos da Lei Federal nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008.

§ 1º O direito a assistência técnica prevista no caput deste artigo, abrange todos os trabalhos de projeto, edificação, acompanhamento, reforma, ampliação, execução de obra e regularização fundiária da habitação, a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia.

§2º Além de assegurar o direito à moradia, a assistência técnica de que trata este artigo, objetiva, dentre outros:

I – resgatar a cidadania e moradia digna para a população de baixa renda, população idosa e portadora de deficiência física, adequando as Habitações de Interesse Social, as condições mínimas de habitabilidade e conforto;

II - garantir segurança estrutural das habitações beneficiadas, mediante acompanhamento técnico profissional;

III - formalizar o processo de edificação, reforma ou ampliação da habitação, além de adotar procedimentos de regularização fundiária de Habitações de Interesse Social, perante o poder público municipal e outros órgãos públicos;

IV - otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados no projeto e na execução da obra;

V - evitar a ocupação de área de risco e de interesse ambiental, ou mitigar os impactos resultantes dessa ocupação e,

VI – possibilitar e qualificar a ocupação urbana, em atenção às legislações urbanas e ambientais, em especial a legislação municipal vigente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Art. 3º O beneficiário da Assistência Técnica Pública e Gratuita deverá ser proprietário possuidor de um único imóvel no Município de _____ há ao menos 05 (cinco) anos, ser destinado à moradia própria e com área mínima de acordo com o zoneamento definido pela legislação municipal.

Art. 4º Fica o Município de _____ autorizado a firmar convênio com o Governo Federal visando o repasse de recursos para a implementação do Programa de Assistência Técnica Pública e Gratuita, de acordo com o previsto na Lei Federal nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008.

Art. 5º A assistência técnica poderá ser oferecida diretamente às famílias ou a cooperativas, associações de moradores ou outros grupos organizados, que as representem, com sede neste município de _____, com ao menos dois anos de atuação na área de habitação popular no período imediatamente anterior ao início dos programas de Assistência Técnica Pública e Gratuita que venham a ser implantados na cidade de _____.

Parágrafo 1º. Os serviços de assistência técnica deverão priorizar as iniciativas a serem implantadas:

I – sob regime de autoconstrução ou mutirão;

II – em zonas habitacionais declaradas em lei municipal – Plano Diretor/Lei Orgânica - como de interesse social/Código de Obras.

Art. 6º A seleção dos beneficiários finais dos serviços de assistência técnica e o atendimento direto a estes beneficiários deverão ocorrer por intermédio de sistemas de atendimento implantado por órgão colegiado municipal determinado pelo Poder Executivo, com composição paritária entre representantes do poder público e da sociedade civil em consonância com a Lei Federal 11.888 de 2008.

§ 1º O Executivo Municipal regulamentará através de decreto, os critérios de seleção dos beneficiados pelos serviços de assistência técnica pública e gratuita.

§ 2º A seleção dos beneficiários deverá observar o quanto estatuído na Lei Federal 13.146 de 6 de julho de 2015 – Estatuto do Deficiente Físico -, em especial em seu artigo 3º, inciso IV, alínea “b” e artigos 31 ao 33.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

§ 3º O Programa Municipal de Assistência Técnica Pública e Gratuita deverá guardar identidade de prioridade descrita no parágrafo anterior, também em relação à pessoa idosa, em atenção à Lei federal 10.741 de 1º de outubro de 2003- Estatuto do Idoso -, em especial ao prelecionado em seu artigo 3º, inciso II e caput do artigo 38.

§ 4º A seleção dos beneficiários dos serviços previstos nesta lei, a aprovação dos valores a serem repassados aos profissionais credenciados e a forma do atendimento e da prestação dos serviços previstos nessa lei, serão levados à apreciação do órgão municipal competente.

Art. 7º Os serviços de Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social, previstos por essa lei, deverão ser prestados por profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia, inscritos nos respectivos conselhos profissionais regionais e que atuem como:

I – Servidores Públicos do município de _____, desde que sem remuneração adicional;

II – Integrantes de equipes de organizações não governamentais sem fins lucrativos, cooperativas, como associações ou entidades ligadas ao CREA ou CAU ou a setor habitacional;

§1º O Município de _____ fica autorizado a firmar convênios ou termos de parceria, inclusive com previsão de contrapartidas, com as entidades representativas das categorias profissionais de engenharia, urbanismo, arquitetura, instituições de ensino e pesquisa e afins, interessadas em participar do Programa Municipal de Assistência Técnica Pública e Gratuita na realização do projeto, construção, reforma e regularização predial de Habitação de Interesse Social no Município.

§ 2º Caberá às entidades conveniadas selecionar e indicar os profissionais autônomos interessados em participar do Programa, assegurando ampla participação.

§ 3º A regulamentação dos convênios previstos no parágrafo anterior será feita por ato do Poder Executivo Municipal.

§ 4º Em qualquer das modalidades de atuação previstas neste artigo, deverá ser assegurada a devida anotação de responsabilidade técnica.

Art. 8º Com o objetivo de capacitar os profissionais e a comunidade usuária para a prestação dos serviços de assistência técnica previstos nesta lei, poderão ser firmados convênios entre este município e entidades promotoras de capacitação profissional,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

residência ou extensão universitária nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia.

Parágrafo único. Os convênios ou termos de parceria previstos no caput deste artigo devem prever a busca de inovação tecnológica, a formulação de metodologias de caráter participativo e a democratização do conhecimento.

Art. 9º As ações protocoladas na prefeitura do município, dentro das ações de assistência técnica definida por esta lei, serão objeto de definição por parte do Poder Executivo, de critérios de celeridade e simplificação.

Art. 10. As ações do poder Público Municipal para atendimento ao disposto no artigo 2º deverão ser planejadas e implementadas de forma coordenada e sistêmica, com as políticas habitacionais da União e do Estado, a fim de se evitar sobreposições e otimizar resultados.

Art. 11 . Os serviços de Assistência Técnica Pública e Gratuita poderão ser custeados pelas seguintes fontes de recursos:

I – Recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social;

II – Recursos do Governo Estadual;

III – Recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

IV - Recursos previstos na Lei Orçamentária Municipal e,

V – Recursos privados, dentre outros.

Parágrafo único. Os recursos financeiros repassados pelo Governo Federal, em virtude da Lei Federal nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, serão destinados ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de _____ em atendimento à Lei Federal Nº 11.124, de 16 de junho de 2005 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

_____, xx de xxxxxxxxxxxx de 2021.

2.2 Atendendo a exigência de uma parceria, definida na Lei 11.888/2008, entre Entidade de Classe na área de Engenharia e a Prefeitura da respectiva cidade, desenvolvemos uma "Proposta de Termo de Colaboração entre Entidade e Prefeitura" para ser usada como modelo de parceria entre as instituições mencionadas.

CONVENIO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICIPIO

_____ e ASSOCIAÇÃO DE ENGENHEIROS E
ARQUITETOS DE _____

Aos _____ dias do mês de _____ de _____, o Município representado pelo seu Prefeito Municipal Sr _____, Brasileiro, empresário, portador do RG n. _____ inscrito no CPF n. _____ residente à Rua _____, no Município de _____, Estado de São Paulo - e - a Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de _____ registrada com o CNPJ n. _____ com sede à Rua _____, no Município de _____, Estado de São Paulo, neste ato representada pelo seu Presidente Engº _____, Brasileiro, empresário, portador do RG n. _____ inscrito no CPF n. _____ residente à Rua _____, no Município de _____, Estado de São Paulo; partes aqui denominadas e respectivamente como MUNICIPIO – e – AEAXXXX, tem justo conveniado o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA - DA FINALIDADE SOCIAL:

Objetivando promover a população de renda que não preenche todos os requisitos exigidos em outros programas de habitação popular, e que pretende construir sua casa própria, com área de até _____m² (_____ metros quadrados), propõem-se os conveniados a ela oferecer projeto de edificação e assistência técnica, para diminuição do custo final da obra



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA QUANTIDADE DE PROJETOS:

Será fornecido um número máximo de trinta projetos mensais.

CLAÚSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO:

Para fazer jus ao programa de compromisso no qual conste que:

- a) Está ciente das penalidades legais aplicáveis aos que fazem falsas declarações;*
- b) Seguirá o projeto aprovado, responsabilizando-se pelo mau uso da licença concedida;*
- c) Está ciente de que deverá obedecer rigorosamente às orientações do responsável técnico pela execução da obra;*
- d) Está ciente de que a qualquer tempo sua obra poderá ser embargada pela Prefeitura Municipal, a pedido do responsável técnico, quando este constatar qualquer irregularidade que possa comprometer a boa execução da obra, cessando neste ato toda a responsabilidade técnica assumida pelo profissional, podendo o embargo, nas mesmas condições, ser feito pela Prefeitura Municipal;*
- e) Se obrigará, sob pena de multa, a fixar à frente da obra, uma placa à ser fornecida pelo MUNICÍPIO, conforme regulamento do CREA;*
- f) Está ciente de que o prazo máximo para o início da obra, após aprovação da planta, é de 9 (três) meses, e o prazo máximo para a conclusão da obra é de 15 (quinze) meses contados da data da aprovação da planta, podendo ser prorrogado por mais é (seis) meses, desde que a obra esteja com as paredes levantadas.*

CLÁUSULA QUARTA - DAS ATRIBUIÇÕES:

1. Caberá ao MUNICÍPIO

- a) Divulgar o programa de habitações econômicas;*
- b) Efetuar o cadastramento e a triagem dos beneficiados do programa, encaminhando-os a ASSOCIAÇÃO DE ENGENHARIA;*
- c) Agilizar a aprovação dos projetos;*
- d) Prestar as informações relacionadas com o programa;*
- e) Fornecer as placas de obra;*
- f) Exigir modificações nos projetos padrão fornecidos pela ASSOCIAÇÃO DE ENGENHARIA aos beneficiários, se necessário;*
- g) Pagar à ASSOCIAÇÃO DE ENGENHARIA pelo fornecimento de cada projeto padrão e pelos serviços de assistência técnica à quantia equivalente a XXXXXXXXX*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

(_____) da UFM
(_____) para cada projeto aprovado;

h) A classificação por critérios estabelecidos para fins de prioridade no atendimento, caso haja mais interessados do que a capacidade de atendimento do programa, de acordo com o grau de carência e necessidade social;

i) Fornecer, se necessário, a ASSOCIAÇÃO DE ENGENHARIA cópia da planta de loteamento onde se localiza o imóvel do beneficiário do programa.

2. CABERÁ À AEAXXXXXXXXXXXXXX:

a) Divulgar o programa junto aos profissionais;

b) Inscrever os aludidos profissionais;

c) Manter Conselho técnico, formado por profissionais Experientes, para orientar engenheiros participantes do programa no encaminhamento de soluções que visem redução de custos de construção de moradias;

d) Acompanhar e fiscalizar o desempenho dos profissionais encarregados dos projetos e dar assistência técnica aos beneficiados;

e) Estabelecer —critérios de credenciamento e distribuição de serviços;

f) Fornecer impressos de detalhamentos construtivos das obras a serem entregues aos beneficiados 2 impressos utilizados no processo de aprovação da obra;

g) Fornecer pesquisa de preços com indicação dos Estabelecimentos que estão praticando os menores preços para os materiais utilizados na construção de casa;

h) Fornecer listas com estimativas das quantidades físicas de materiais a serem utilizados na obra;

i) Acompanhar toda a tramitação junto às áreas competentes do município para aprovação de início da construção, sendo entregue ao beneficiário o projeto já aprovado;

j) Providenciar a ART - Anotação de Responsabilidade Técnica de cada obra;

k) Providenciar que os projetos estejam de acordo com a melhor conveniência técnica, topografia e terreno, sendo entregue ainda detalhes construtivos com indicações de fundação, telhado, instalação hidráulicas, sanitárias e elétricas;

l) Fornecer assistência técnica durante toda a obra através do profissional cadastrado e responsável pela obra.

CLÁUSULA QUINTA - DA TAXA:

Caberá ao beneficiário arcar com o valor da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica à ser recolhida e das cópias heliográficas.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Qualquer das partes conveniadas poderá, a qualquer tempo, propor modificações no presente convênio, desde que preservados os objetivos sociais do mesmo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO:

O presente convênio vigorará por prazo indeterminado, podendo, entretanto, ser encerrado mediante manifestação por escrito de uma das partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

E, estando as partes de pleno acordo com as condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente convênio lavrado em 4 (quatro) vias, de igual teor para um só efeito, que vai assinado pelas partes e testemunhas, depois de lido, aceito e achado conforme.

_____, de _____ de _____ de 2022

MUNICIPIO
PREFEITO

AEAXXXXXXXXXXXXXX
PRESIDENTE

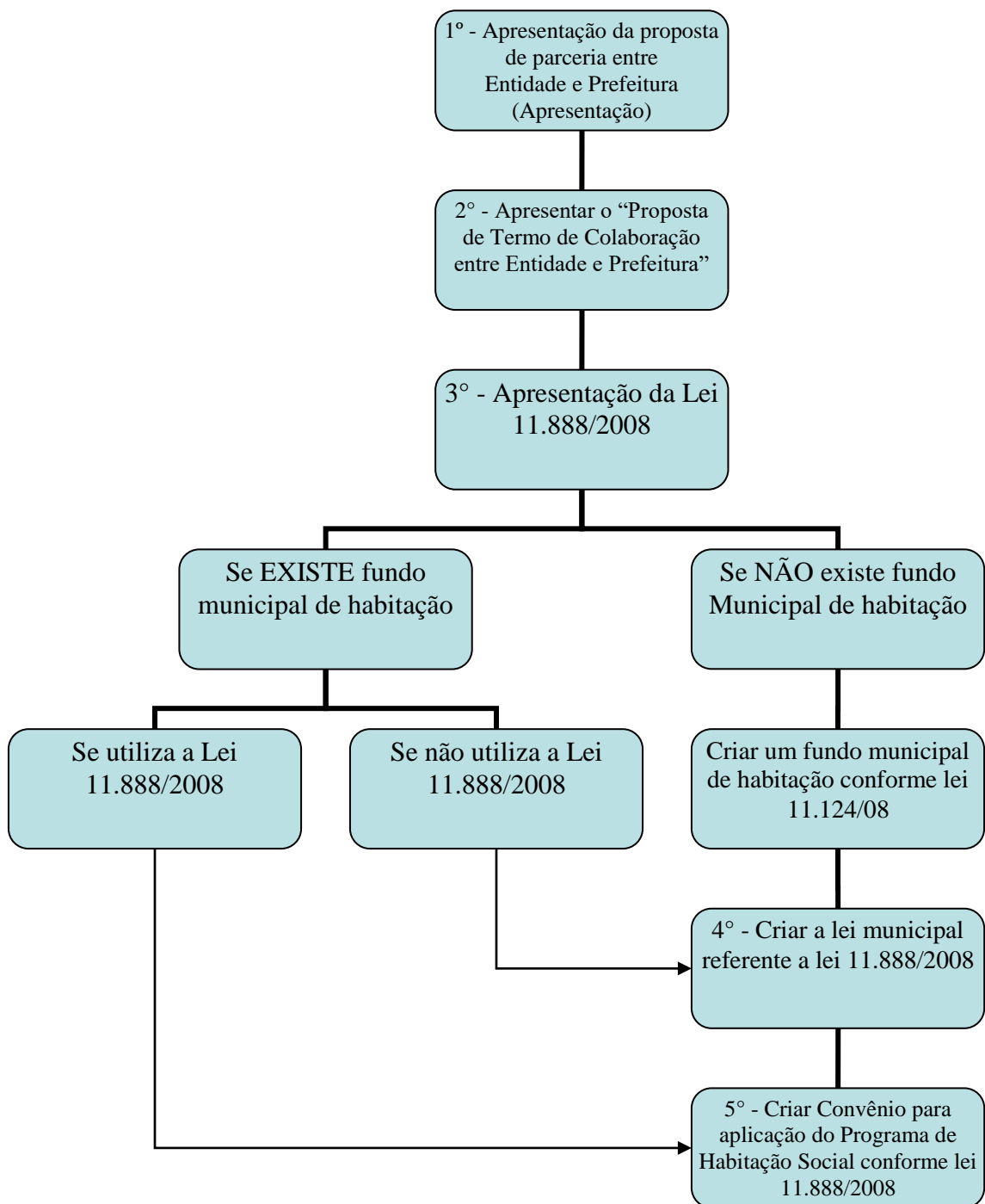
TESTEMUNHAS:

2.3 Para auxiliar as Entidades de Classe na implementação desta lei no município, elaboramos um “Fluxograma de Procedimentos” para viabilizar essa ação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

2.4 Por fim, para auxiliar no entendimento da Lei 11.888 e visualização dos benefícios trazidos por ela, elaboramos uma apresentação “Lei 11.888/2008 – Parceria entre Entidade e Prefeitura”.

APLICAÇÃO DA Lei de Assistência Técnica e Gratuita



COMITÊ MULTIDISCIPLINAR
ATENDIMENTO A LEI 11.888/2008
(ASSISTÊNCIA TÉCNICA PÚBLICA GRATUITA)

Qual a sua Finalidade?

Esta lei serve para oferecer dignidade a população carente, auxiliar a prefeitura nas ações sociais e fomentar emprego aos profissionais da Engenharia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Onde está este Recurso?

No Ministério do Desenvolvimento Regional e é conhecido como **“FNHIS”** (fundo nacional de habitação de interesse social)

E Como aderir ao SNHIS/FNHIS?

Os Municípios, Distrito Federal e os Estados interessados em pleitear recursos federais para habitação de interesse social, devem firmar o Termo de Adesão ao SNHIS (Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social).

O Artigo 12 da Lei 11.124/05 estabelece que para acessar recursos do FNHIS, Estados, Distrito Federal e Municípios deverão cumprir os seguintes requisitos: assinar Termo de Adesão, constituir Fundo Habitacional de Interesse Social, criar Conselho Gestor do Fundo, elaborar Plano Local Habitacional de Interesse Social e elaborar relatório de gestão.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Qual é benefício para o município?

- Regularização imobiliária e aumentar a arrecadação.
- Possibilidade de buscar outros recursos do governo federal como o “Cartão Reforma”
- Melhorar a qualidade de vida e saúde da população

Qual é o benefício para o profissional?

Aumentar a possibilidade de trabalho para os profissionais



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Qual o benefício para as entidades de classe?

- Apoiar o lado social da cidade
- Fomentar trabalho seus associados
- Valorização profissional
- Aumento da quantidade de associados na entidade

Obrigado !

COMITÊ MULTIDISCIPLINAR
ATENDIMENTO A LEI 11.888/2008
(ASSISTÊNCIA TÉCNICA PÚBLICA GRATUITA)



2.5 – Fiscalização:

Com a aplicação da Lei 11.888/2008, existirá uma parceria entre Entidade de Classe/CREA e Prefeitura, garantindo que as habitações envolvidas neste convênio e as demais obras, sejam executadas por profissionais legalmente habilitado, garantindo assim que o CREA cumpra seu papel.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

3 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES:

A Lei 11.888/2008 oferece benefício para os profissionais do Sistema Confea/CREA, fomentando trabalho em diversas áreas profissionais, beneficia também a prefeitura, regularizando imóveis clandestinos e aumentando a arrecadação municipal. Por fim, beneficia a população de baixa renda, com a regularização de seus imóveis de maneira gratuita, melhorando sua qualidade de vida.

Considerando o exposto acima, os membros do Comitê Multidisciplinar - Atendimento a Lei nº 11.888/2008 (Assistência Técnica Pública e Gratuita), recomenda:

A – Divulgação da Lei 11.888/2008 para os profissionais do sistema Confea/CREA em especial os presidentes de Entidades de Classe através do CDER;

B – Apresentação deste trabalho desenvolvido pelo Comitê, para os presidentes de entidades que serão os responsáveis pela disseminação dessas informações em suas respectivas localidades;

C – Incentivar as entidades a fazer gestão, junto ao poder público, na implementação da Lei 11.888/2008 em seu município;

D – Buscar mais informações sobre captação dos recursos do FNHIS.

Diante da importância do tema e da necessidade de planejamento e execução dos itens mencionados acima, recomendamos a continuidade do Comitê Multidisciplinar – Atendimento a Lei nº 11.888/2008 (Assistência Técnica Pública e Gratuita)

Atenciosamente

São Paulo, de dezembro de 2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Eng. Civ. e Prod. Civ. Mamede Abdou Dehn Junior – Coordenador

Eng. Civ. e Seg. Trab. Alexander Ramos

Eng. Civil Amandio José C. D. Junior

Eng. Civ. Marco Aurélio D'Avanço

Eng. Telecom. Thiago Henrique Ananias Raimundo